



Na ronda solitária pelos 480 hectares de cerrado que compõem a área de preservação do Riacho Fundo, o soldado Joelson de Lima reconhece: "Não posso fazer nada"

Homem, poluição e carrapato

Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo completa 12 anos sem proteção contra os agressores que o cercam

Kátia Marsicano
Da equipe do **Correio**

Um pedaço de cerrado em estado de alerta. Pedindo ajuda. Anônimo, sob a rota de aviões que vêm dos quatro cantos do País em direção ao Aeroporto Internacional de Brasília, o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo (SVSRF) é mais que os 480 hectares de área verde que se observa pela janela antes da aterrissagem. Está cheio de vida, de espécimes nativos e raros de um ecossistema resistente e, ao mesmo tempo, vulnerável à ação descontrolada do homem.

Hoje, o santuário completa 12 anos, desde a assinatura do Decreto 11.138, que o legitimou como Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie). Espremido entre o Jardim Zoológico, a Candangolândia, a Estrada Parque Dom Bosco (EPDB), o Acampamento da Telebrasil e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA), sequer é percebido por quem passa diariamente por ele. E, por isso mesmo, acaba sendo alvo da ação de uma vizinhança urbana que o invade para passear, namorar e, sobretudo, para caçar e pescar.

"Cuidar de tudo isso dá trabalho", diz o solitário soldado Joelson de Sousa Lima, um dos dois policiais militares do Batalhão Florestal encarregados da ronda pelo santuário. Proteger as capivaras do cardápio da vizinhança é um desafio.

Mas também correm perigo outras espécies, como o roedor *Juscelinomys candango* que, acredita-se, existe apenas lá. Só na semana passada, oito armadilhas foram encontradas durante a ronda.

Mas, os problemas do Santuário do Riacho Fundo não param por aí. O descaso dos cerca de 15 mil moradores da Candangolândia — principalmente criadores de animais — e a precariedade da infraestrutura de proteção do parque produziram um poderoso, embora quase invisível, inimigo a ser combatido: os carrapatos.

"Como a fronteira entre o santuário e a cidade está sem cerca, os cavalos e cães, infestados de carrapatos, entram, contaminam as capivaras, que se encarregam de multiplicar a população dos bichinhos", explica o chefe do Serviço de Pesquisa Científica da Fundação Pólo Ecológico (à qual pertence o santuário), biólogo Marcelo Reis. Hoje, são mais de 170 capivaras vivendo e circulando no local.

O problema é tão sério que até o projeto de educação ambiental, com alunos de escolas públicas e particulares da cidade, foi arquivado. "Seria uma chacina colocar crianças aqui com tantos carrapatos", diz ele. E sem um pinga de exagero. Bastam alguns poucos passos por uma das trilhas para perceber, em instantes, as pernas das calças cobertas por centenas de



minúsculos carrapatos.

Quem trabalha no santuário não dispensa botas de borracha, lacradas com fita adesiva, e uma boa dose de Butox, um eficiente veneno que, borrifado à roupa, elimina pelos menos 80 por cento dos que estiverem agarrados ao tecido. Quanto ao resto, só mesmo escovando a roupa ou catando um a um, à medida em que vão aparecendo, para desespero total dos menos acostumados. Mas, infelizmente, por enquanto, não há como evitar.

"Uma das estratégias que estamos adotando são as queimadas controladas", conta ele, explicando o trabalho conjunto que vem sendo feito há alguns meses com o Corpo de Bombeiros, em áreas de capim gordura e braquiárias (outro tipo de capim). Especialistas do Departa-

mento de Zoologia da Universidade de Brasília (UnB) dizem que na seca a reprodução de carrapatos aumenta.

TRAVESSIA DE ANIMAIS

Segundo o biólogo Marcelo Reis, o SVSRF é uma das mais importantes áreas de preservação do DF. "É um corredor ecológico", explica. O corredor ecológico é uma área necessária à circulação de espécies de animais nativos, em busca de alimento e locais de acasalamento e reprodução.

No caso do SVSRF, está situada na Área de Proteção Ambiental (APA) das Bacias do Gama e Cabeça de Veado, sem contar o fato de que é dentro do santuário que ocorre o encontro entre os córregos Riacho Fundo e Guarã, em direção ao lago Para-

noá. As margens dos riachos, no meio da mata, recebem toneladas de poluentes arrastadas por eles: todo tipo de lixo, de garrafas plásticas e pedaços de madeira a móveis de vários estilos e tamanhos.

Por causa disso, os córregos estão ficando mais largos e rasos, nada parecidos com o que eram originalmente. Para o mês de agosto, já está sendo planejado um grande mutirão de limpeza em toda a área.

Antes de ser reconhecido como Santuário de Vida Silvestre — por sugestão do engenheiro e ambientalista Ezechias Heringer, um dos mais importantes nomes da preservação do cerrado —, o SVSRF já estava sendo destruído. Um convênio entre o Instituto de Meio Ambiente (GDF) e a organização não-governamental Fundação Pró-natureza (Funatura), durante mais de dois anos, minimizou os prejuízos ambientais. Na área havia uma cascalheira e oficinas mecânicas, que deixaram como herança um gigantesco buraco e grandes desmatamentos. "Usamos a terra da obra do metrô para colocar aqui e plantamos braquiárias, por falta de capim nativo", justifica o biólogo.

Para chamar a atenção da população sobre a importância do santuário, 14 placas de advertência sobre travessia de animais e riscos de incêndios estão prontas para serem colocadas na estrada. Atualmente, convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP), do GDF, está custeando estudos na região — R\$ 50 mil foram liberados para a compra de equipamento importado dos Estados Unidos e África do Sul.

ÁREA PÚBLICA

Câmara reduz taxa e anistia débitos de comerciantes

Roberto Fonseca
Especial para o **Correio**

A aprovação do Projeto de Lei nº 1251/2000, na noite de terça-feira, vai animar os comerciantes que estão inadimplentes com a taxa de ocupação de área pública. Além de promover uma redução no valor mensal a ser pago, a Câmara Legislativa decidiu anistiar as multas aplicadas e parcelar os débitos atrasados em até 45 meses. É um verdadeiro presente nesses tempos de crise.

O projeto fixa o valor mensal — por metro quadrado — em um duodécimo (1/12) do preço médio do IPTU da região onde se localiza a ocupação. Assim que o governador Joaquim Roriz sancionar a lei, a Superintendência das Administrações Regionais (SAR) tem noventa dias para regulamentá-la e divulgar os novos valores.

Um levantamento do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhobar) revela que 80% dos comerciantes do Plano Piloto que utilizam área pública estão inadimplentes com o tributo. "A situação está muito complicada. Não existiam parâmetros para a cobrança da taxa. Agora vinculada ao valor do IPTU, o GDF não vai poder arbitrar o valor que quiser", explica César Augusto Gonçalves, presidente do Sindhobar.

BENEFÍCIO

O deputado distrital Alírio Neto (PPS) foi um dos autores do projeto. Ele acredita que a regularização imediata dos débitos pendentes e um substancial aumento na arrecadação das administrações regionais produzirão efeito imediato. "A população será beneficiada, porque a receita da taxa pública é revertida em obras", diz Alírio.

Até que seja realizada a regulamentação da lei, os comerciantes vão pagar as taxas utilizando os menores valores estabelecidos no Decreto nº 17.079/98. Um comércio estabelecido com cobertura (marquise, toldos, telhados ou similares), por exemplo, pagará por mês R\$ 2,26 por metro quadrado de área pública ocupada. Se for sem cobertura, o valor cai para R\$ 1,13.

Os débitos atrasados poderão ser quitados em até 45 parcelas mensais, com juros de 0,33% por mês em até seis vezes, 0,44% de 7 a 12 meses, 0,55% de 13 a 36 parcelas e 0,77% de 37 a 45 mensalidades. Para quem pagar à vista não serão cobrados juros.